

O SEGUNDO GOVERNO ZEMA A CONJUNTURA NO INÍCIO DO NOVO MANDATO

Decorridos quase cinco meses desde a recondução de Romeu Zema (Novo) como governador de Minas Gerais, esta edição de *Contextus* se dedica à compreensão da conjuntura em que ocorre a transição do primeiro para o segundo mandatos. As condições em que se deu a eleição do governador com uma massiva votação em 2018 não são as mesmas em que ele é agora reposicionado para um segundo exercício.

Parte-se, aqui, do pressuposto de que a compreensão dessas diferenças (e também das similitudes) pode lançar luz sobre o que se pode esperar desse

governo em Minas Gerais nestes quatro anos que agora se inauguram. Com tal objetivo, comparam-se, ao longo desta análise, não apenas as contingências eleitorais em ambos os pleitos, mas, sobretudo, algumas das negociações que vêm sendo feitas com a Assembleia Legislativa, em especial a formação de uma base aliada forte e expressiva.

À medida que o discurso fortemente antipolítico possa ter começado a perder força, pode talvez emergir um governo mais explicitamente coerente, do ponto de vista ideológico, com os valores neoliberais de desmonte da máquina e das políticas públicas e de retração de direitos que haviam sido consolidados durante anos pelo funcionalismo. Essa hipótese não é incompatível com o fato de que essas

duas frentes compareceram ao mesmo tempo nos anos do primeiro mandato.

Celebrou-se, no final de 2022, o alegado reequilíbrio das contas públicas graças, entre outros supostas realizações do governo, ao aumento dos investimentos. Esse último termo tem sido objeto de uma disputa interpretativa, na medida em que se dissolve a diferença entre o que de fato é “investimento” e o que não é mais do que mero “custeio”.

Esta análise apresenta algumas notícias notadamente episódicas, mas que têm forte apelo na contemplação dos principais acontecimentos destes primeiros meses do segundo mandato: o aumento que quase triplicou os salários do alto escalão do governo, a reforma administrativa, os aumentos salariais seletivos para algumas categorias e a política de privatizações.

Destaca-se para concluir esta edição, de maneira simbólica, a decisão tomada pelo partido do governador que, depois de anos fazendo duras críticas ao Fundo Partidário, resolveu aceitar recursos públicos para garantir sua sustentação. Depois de mais de uma década convivendo com o discurso antipolítico, parece estar se desfazendo uma das últimas bandeiras sustentadas

por quem, fazendo política, se recusa a se apresentar como político. Os tempos recentes foram muito pródigos em demonstrar a falsidade desse tipo de pretensão.

DIFERENÇAS DE DISCURSO ENTRE AS CAMPANHAS ELEITORAIS DE 2018 E 2022 EM MINAS GERAIS

O contexto da campanha eleitoral de 2022 para o governo de Minas Gerais foi consideravelmente diferente daquele de 2018. Zema foi reeleito em primeiro turno com 56,18% dos votos válidos, o segundo colocado na eleição para governador em 2022 recebeu 35,08% dos votos válidos. A abstenção nesta eleição foi de aproximadamente 22%. Comparando esses números com aqueles referentes às eleições de 2018, destaca-se que Romeu Zema havia sido eleito então como governador, em segundo turno, tendo obtido 71,80% dos votos válidos.

Naquela ocasião a abstenção havia sido de 23% do eleitorado. Dado que, em 2014, a abstenção de eleitores em Minas Gerais tinha sido de 21%, nota-se que o percentual de abstenção no estado não vem sofrendo alterações significativas.

A campanha eleitoral em 2018, no Brasil, foi especialmente conturbada, marcada por incertezas e com disseminação em massa de *fake news*. Tratava-se da primeira eleição federal após a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Durante anos, a sociedade brasileira vinha sendo alimentada, por parte da mídia dominante, com a leitura de que imperava no país uma polarização política entre os dois partidos que se sucediam na Presidência da República: o PSDB e o PT.

Essa leitura, na época, era tratada como óbvia e natural. Os acontecimentos que se deram nos últimos dez anos, porém, já permitem avaliar que, mesmo naquela época de suposta alternância binária de poder, já existiam outras forças políticas até então minoritárias e talvez incipientes, mas que não eram suficientemente apreciadas nas análises de conjuntura.

Seja como for, esse cenário nacional, ainda que interpretado de maneira excessivamente simples, se refletiu também em Minas Gerais. Em 2018, o então candidato ao governo, Romeu Zema (Novo) foi guindado pelo eleitorado – mas mais intensamente pela opinião publicada nos meios de

comunicação – à categoria de “terceira via”, como alternativa aos dois partidos dominantes (PSDB e PT).

Naquele contexto, teve um significativo impacto o fato de Zema ter se apresentado como antipolítico. Essa prática eleitoral já havia se mostrado bem-sucedida no pleito municipal anterior, de 2016, quando muitos prefeitos, em todo o país, foram vitoriosos em suas campanhas, apresentando-se como alheios à política. É razoável vincular esse evento com o contexto das manifestações massivas de 2013 que se alavancaram no repúdio à política institucional e a seus representantes, os políticos.

Um mote muito explorado pelo então candidato Romeu Zema e pelo Partido Novo, em 2018, foi a figura do “empresário-gestor”, priorizando o destaque do candidato como “novo” e “de fora” da política. Embora possa se mostrar contraditório que alguém se apresente como “antipolítico” ao mesmo tempo em que se candidata a assumir um cargo, entre cujas atribuições consta a formulação de políticas públicas, para o senso comum, pode aparecer como natural que o empresário, alegadamente bem-sucedido, seja a melhor opção para gerir a coisa pública.

É apenas num exame mais rigoroso e técnico que se torna evidente que a administração pública e a administração privada possuem objetivos notadamente distintos. O bem comum, o atendimento prioritário aos mais vulneráveis ou a justiça social podem, vez por outra, entrar em conflito com as contas superavitárias ou com o cumprimento de metas frias, técnicas e objetivas. De fato, em múltiplas situações, esse atrito entre os dois campos de interesse haveria de se mostrar com clareza ao longo do primeiro mandato do governador, iniciado em 2019.

Outro aspecto que vinha sendo destacado nas inúmeras análises publicadas pelo Nesp há vários anos, é que o discurso da antipolítica, disseminado na década passada, se mostrou vazio. Aqueles que são eleitos afirmando-se como não políticos, acabaram por incorporar e repetir as mesmas condutas que dizem condenar. Não foi raro que passassem a adotar como práticas o exato oposto daquilo que pregavam em suas campanhas.

No primeiro mandato de Zema foram numerosos os exemplos: a promessa de não usar a residência oficial do governador, a promessa de não usar

aeronaves não obstante as distâncias gigantescas a serem percorridas dentro (e eventualmente fora) do estado, o corte de despesas eliminando o cafezinho... Uma breve busca na internet permitiria acrescentar outros casos a essa lista. Talvez o exemplo mais emblemático foi a recusa do governo a negociar com a Assembleia Legislativa, que redundou, no primeiro mandato, em dificuldade muito além do razoável e em fracasso em suas tentativas de aprovação de certos projetos de interesse do Executivo.

A face quase caricatural de algumas dessas medidas, na verdade, revela desconhecimento da máquina pública e algum grau de ignorância sobre o que é a política e sobre o modo como ela funciona. Em outros termos, a antipolítica revelou-se predominantemente um desconhecimento da política, em algumas situações, alinhavada num oportunismo ideológico que descon sidera a função social do Estado.

Ademais, numa leitura retroativa do crescimento da primeira candidatura de Romeu Zema (Novo), mostra-se inevitável a constatação de que ele pode ter se beneficiado com o crescimento de Jair Bolsonaro (filiação ao PSL na época, hoje no PL) à Presidência da República. O fato é que foi em meio à atmosfera de

recrudescimento do discurso do ódio e à onda pretensamente antipolítica que se elegeram governadores Romeu Zema (Novo) em Minas, Wilson Witzel (PSC) no Rio de Janeiro e João Dória (PSDB) em São Paulo.

Em 2022, o contexto foi diverso sob numerosos aspectos, sem prejuízo de algumas condições que se mantiveram. A narrativa antipolítica não parecia sustentável após quatro anos de governo. A posição de governador parecia exigir da campanha, agora, uma estratégia eleitoral diversa.

Com efeito, apesar de ser acusado pela oposição e pelos movimentos sociais de ter apresentado escassas realizações em seu primeiro mandato; de haver se notabilizado pelo fechamento de serviços públicos históricos; e de haver se aproximado perigosamente do negacionismo durante a pandemia, o governo foi capaz de se apresentar junto ao eleitorado como competente, após ter conseguido, por exemplo, voltar a pagar os salários do funcionalismo em dia e atualizar os repasses para as prefeituras do interior.

Esses dois temas ainda têm um apelo na memória, especialmente, dos funcionários públicos que tiveram seus

salários parcelados durante o mandato de Fernando Pimentel (PT). Ainda que tal êxito possa ser atribuído – como o fazem a maioria dos analistas políticos e os partidos de oposição – mais as mudanças conjunturais do que à ação efetiva do governo, esse fato pode ter favorecido a reeleição de Zema em primeiro turno.

Já no final de 2022, o governo celebrou ter alcançado o equilíbrio das contas do estado. Segundo a Secretaria da Fazenda, as contas desse ano foram fechadas com um superávit orçamentário de R\$ 2,2 bilhões. O “acerto de débitos com municípios e pendências com o funcionalismo público” são citados como “avanços registrados no período”.

Também é mencionado o “aumento expressivo dos investimentos”, um fato que vem sendo contestado não só pela oposição, mas por analistas diversos. Um estudo feito pelo Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp levanta os problemas na própria maneira como se define investimento: muitas despesas correntes e a manutenção da máquina pública acabam sendo contabilizadas como investimento.

Investimentos públicos no primeiro governo Zema

A discussão sobre investimentos públicos não é meramente técnica. Governantes tendem a confundir investimento com despesas corriqueiras. Essa distorção confunde o eleitor e aumenta a aprovação popular da gestão.

A compreensão de tal instrumento, em sentido econômico, pode ser ampliada e o ato de investir pode ser visto como um propulsor de mais riqueza e renda para todos.

Nesta análise, verificaram-se os investimentos no primeiro mandato do governador Romeu Zema (Novo) nas áreas de Ciência e Tecnologia, Saneamento e Segurança Pública.

Leia no site do Nesp:

<https://nesp.pucminas.br/wp-content/uploads/2023/04/Acesse-aqui-essa-edicao.pdf>



As condições para o equilíbrio que se alcançou nas contas foram possíveis, efetivamente, graças as concessões judiciais do Supremo Tribunal Federal (STF) que haviam sido negadas ao governo antecessor. Tal melhoramento das contas públicas pode ser creditado, em certa medida, também a certas condições tributárias excepcionais obtidas durante a pandemia. A arrecadação extraordinária alcançada com os altos preços dos combustíveis, fruto da política de precificação adotada na Petrobras também gerou um benefício conjuntural. Mesmo os investimentos públicos

negociados durante o primeiro governo são devidos, em considerável medida, às indenizações pagas pela Vale após as mortes decorrentes do colapso da barragem em Brumadinho.

Além disso, o ambiente geral da pandemia pode ter contribuído para tornar o eleitor mais tolerante, como demonstraram certas análises das eleições municipais que ocorreram, nesse meio tempo, em 2020. O fato é que os escassos investimentos do governo e, talvez, um desempenho mais sistemático (em comparação à relativa desordem instalada no plano federal ao longo dos quatro últimos anos) podem ter sido as razões para que o eleitorado reconduzisse o governo Zema ao segundo mandato em 2022.

Desse ponto de vista, há que se considerar que a estratégia de não se apresentar, no primeiro turno, como o candidato de Jair Bolsonaro pode ter custado votos a Zema, mas não o suficiente para tirar-lhe a vitória. Na imprensa, chegou-se a dizer que o governador estava veiculando seu nome junto ao de Luís Inácio Lula da Silva (PT), embora, ideologicamente, estivesse na contramão do candidato petista. Na campanha de segundo turno, já com a reeleição definida, o governador

voltou a expor a fidelidade ao ideário de extrema-direita de que, afinal, raramente se distanciou em seu primeiro mandato.

A diferença dos planos de governo em 2018 e 2022 também chama atenção. Em 2018, o plano de governo era composto de 53 páginas, a diagramação era básica e o Partido Novo foi citado 12 vezes. Em 2022, o plano de governo foi reduzido em mais da metade, sendo composto por apenas 20 páginas. Na diagramação foram utilizadas cores (para subtítulos, números de páginas e margens) e o Partido Novo foi citado apenas uma vez.

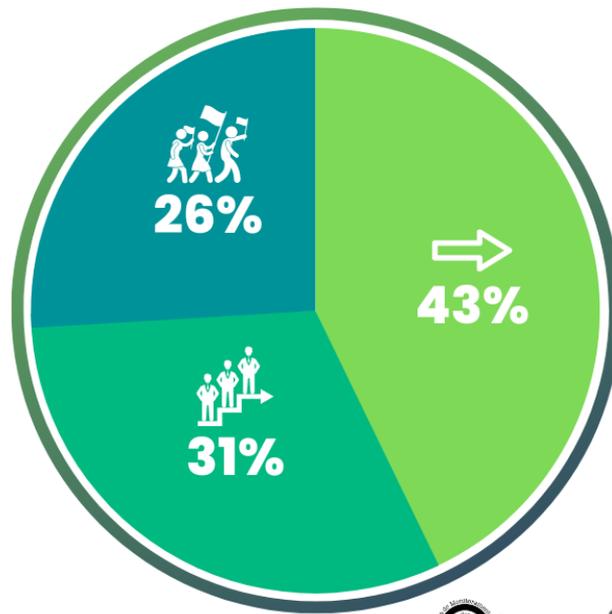
Outra diferença relevante é que no plano de 2022 se esboça uma presença tópica do campo social, demonstrado, por exemplo no fato de que, no plano de governo de 2018, a expressão “saneamento básico” não é nem ao menos citada, diferentemente de 2022, quando ela surge uma vez. No sumário do plano de governo, são apresentados temas como educação e cultura, prosperidade, sustentabilidade, assistência e desenvolvimento social, além de saúde e segurança. Na versão de

2018 eram citados apenas educação, saúde e segurança pública. As mudanças são mínimas e não são suficientes para inferir uma percepção distinta, comparativamente alterada entre ambas as candidaturas.

A RELAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO MINEIRO EM 2023

Quando eleito para o cargo de governador em 2018, Zema dispunha apenas do apoio de seu partido, o Novo. Em 2022, por outro lado, Zema foi reeleito pelo Novo em coligação com outros nove partidos (Agir, Avante, DC, MDB, Patriota, PMN, PP, Podemos e Solidariedade), que, juntos, elegeram 21 deputados estaduais.

Atualmente, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), os 77 deputados se organizam em três blocos — Minas em Frente, Avança Minas e o Democracia e Luta — sendo este último a oposição ao governador, constituído por 20 deputados distribuídos em cinco partidos (PCdoB, PSOL, PT, PV e Rede).



Os blocos Minas em Frente e Avança Minas compõem a base governista na ALMG, cujos membros somam 57 parlamentares. Esse número equivale a 74% dos deputados estaduais. Portanto, a situação constitui hoje maioria absoluta dentro da Casa, possibilitando a aprovação de pautas de interesse do governador Romeu Zema (Novo) praticamente sem encontrar oposição.

O posicionamento da ALMG no segundo governo Zema difere significativamente do primeiro mandato, quando, além dos blocos governista e de oposição, havia também o bloco autointitulado “neutro”. Considera-se, adicionalmente, que os membros do

bloco governista oscilou entre 20% e 30% dos parlamentares durante aqueles quatro anos.

Existe, no entanto, alguma dissensão presente no bloco Avança Minas e até mesmo no Minas em Frente. Alguns dos parlamentares que os compõem não manifestam uma adesão automática ao governo e podem vir a adotar uma postura mais independente frente a algumas pautas do Poder Executivo. Por exemplo, na votação de 2º turno do projeto de Lei (PL) 415/2023, em 19 de abril, dois deputados do bloco Avança Minas e um deputado do bloco Minas em Frente, filiados ao PL e ao PSC, votaram contra a proposta.

A conjuntura segue, portanto, bastante complexa e o governo Zema já enfrentou derrotas nesses 4 meses. O objetivo do governador havia sido formar um único bloco governista, isso significa que a conformação final de dois blocos – um dos quais com perfil potencialmente mais independente – representou, já em fevereiro deste ano, um contratempo nos planos do Executivo, cujo segundo mandato havia apenas acabado de se instalar.

Outra considerável frustração do Executivo foi não ter elegido o presidente da Assembleia Legislativa: os quatro candidatos à Presidência da Casa, que são da base de Zema e haviam sido apoiados por ele, foram derrotados. Por fim, ao não lhe restar alternativa, o governador demonstrou apoio a Tadeu Leite (MDB), que foi então eleito presidente da ALMG.

Uma vitória do governo se deu na indicação dos membros das comissões da ALMG. Administração Pública, Fiscalização Financeira e Orçamentária e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que são comissões estratégicas pelo papel chave que desempenham na aprovação de projetos de interesse do Executivo, serão presididas por

deputados de partidos da base de Romeu Zema (Novo).

Ainda que esteja presente em todas as comissões permanentes, a oposição formou maioria em apenas quatro delas. Além disso, a oposição comemorou a eleição da deputada Leninha (PT) para vice-presidência da Casa e a conquista de mais duas cadeiras na Mesa Diretora. É a primeira vez que uma mulher negra é eleita para o cargo de vice-presidenta.

O REAJUSTE SALARIAL E O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF)

Nos primeiros meses do segundo governo Zema, alguns fatos ocuparam os holofotes. A Lei nº 24314, de 2 de maio de 2023, que tramitou sob a designação de PL 415/23, elaborada por Zema, prevê o aumento salarial do governador, do vice-governador e de seus secretários em aproximadamente 300%. Romeu Zema (Novo) justificou o pedido baseando-se na omissão de reajuste desde 2007, de modo que o aumento seria uma recomposição das perdas devido à inflação.

Mesmo na hipótese de se considerar como legalmente justificável,

essa correção suscitou algum embaraço por causa de posicionamentos e declarações feitos pelo governador a respeito do tema em outras circunstâncias. Durante a campanha de 2018, Zema foi o mais rico dentre os candidatos ao cargo de governador, cujo patrimônio girava em torno de R\$ 70 milhões. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2022, como candidato a reeleição, Romeu Zema declarou um patrimônio de R\$ 129,7 milhões. Em segundo lugar aparece o candidato Alexandre Kalil (R\$ 3,6 milhões), seguido pelo candidato Carlos Viana (R\$ 3,5 milhões).

Embora seu patrimônio pessoal não representasse qualquer prejuízo a seu direito de receber o salário correspondente à função que passaria a exercer depois de eleito, lá em 2018 o então candidato havia registrado em cartório a promessa de que ele próprio, seu vice e seus secretários não receberiam os respectivos salários. A promessa, naquela época, teve um forte apelo popular, ainda que não tivesse qualquer validade efetiva, já que a lei proíbe esse tipo de renúncia. De fato, os secretários receberam os salários normalmente durante o primeiro mandato, ainda que o governador e o

vice aleguem haver doado os valores auferidos.

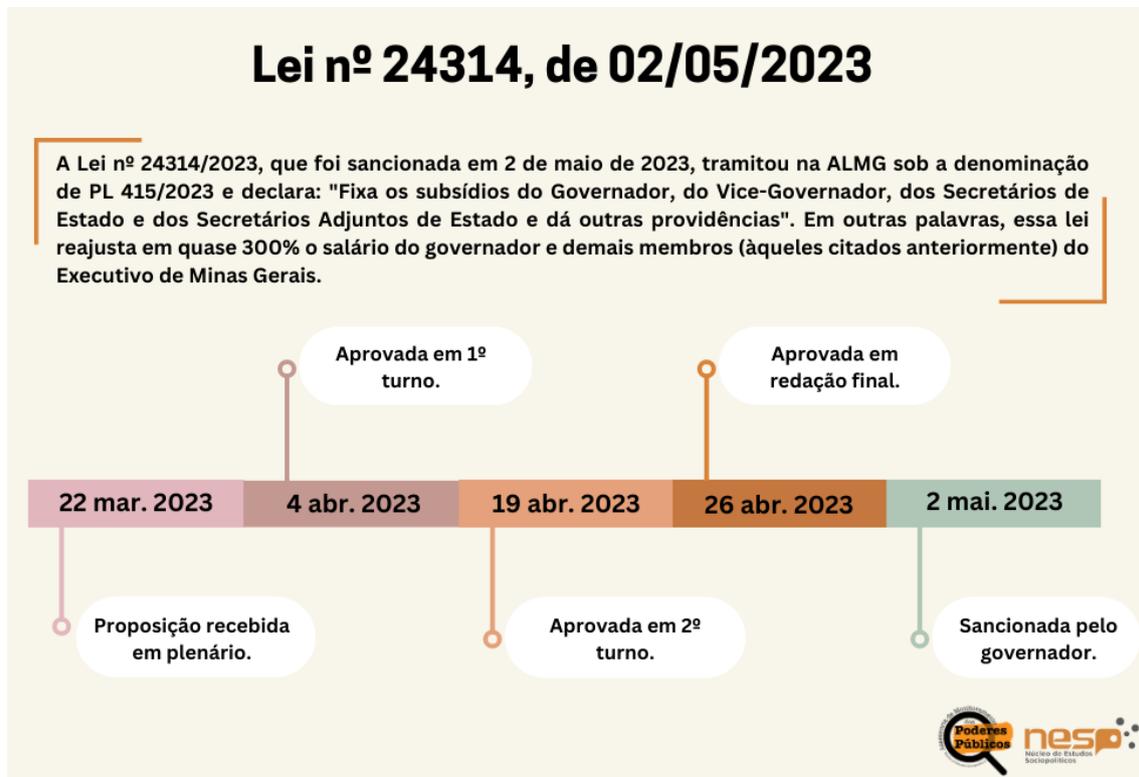
Houve significativa repercussão desse vultoso aumento salarial, na imprensa, visto que medidas como essa têm forte apelo à atenção popular. No entanto, ao contrário do Zema que estreava na política em 2018, o episódio em si mostra o governador mais informado sobre o funcionamento da máquina pública e, possivelmente, mais pragmático do ponto de vista político agora, no início de seu segundo governo.

Do ponto de vista da oposição, há uma contradição entre esse reajuste concedido ao alto escalão e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), defendido pelo governo, que prevê congelamento dos salários dos servidores. Haveria, então, uma incoerência nesse aumento salarial em face da política de arrocho salarial dos servidores. A oposição deu destaque, entre outros temas, ao fato de que o governo opta por reajustar os salários do escalão mais alto ao mesmo tempo em que se recusa a pagar o piso salarial da educação.

O PL 415/23 foi recebido pelo plenário da ALMG em 22 de março de 2023; em 4 de abril foi aprovado em primeiro turno e, no dia 19 de abril,

aprovado em segundo turno por 50 votos favoráveis e 20 contrários. A Lei nº 24314 foi sancionada em 2 de maio de 2023, exatamente 41 dias (corridos) após ter sido apresentada ao plenário. Além do aumento do salário do governador,

vice-governador, secretários e secretários-adjuntos, o texto prevê também gratificação natalina a todos que ocupam os cargos citados, de modo proporcional ao período em que ocuparam o cargo.



O NOVO E O USO DE RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

O Partido Novo, ao qual o governador é filiado, decidiu, durante uma convenção nacional, em fevereiro de 2023, que passará a utilizar os recursos provenientes do Fundo Partidário. Essa decisão foi aprovada por

85% dos membros presentes na convenção e, segundo Eduardo Ribeiro, atual presidente do Novo, “o partido amadureceu para um novo momento, e terá, de agora em diante, muito mais capilaridade e competitividade frente aos nossos concorrentes”.

Em publicação oficial, o partido afirma que as mudanças aprovadas na convenção nacional, incluindo o uso do Fundo Partidário, se justifica pelo retorno do PT ao governo federal. Fala-se também na necessidade de expandir o número de eleitos filiados ao Novo nas próximas eleições.

O pragmatismo na disputa política parece estar se sobrepondo às convicções ideológicas ostentadas desde a criação da legenda. De fato, o Novo, fundado em 2011, tinha como uma das diretrizes em seu estatuto a não utilização desse tipo de recurso. No momento em que este texto estava sendo elaborado, ainda constava no website do partido a declaração de que “o Novo é único partido que não utiliza recursos públicos para sua manutenção por uma questão de princípios. Acreditamos que os partidos devem ser financiados por aqueles que compartilham suas ideias e valores.”

João Amoêdo, fundador e ex-presidente, fez duras críticas à decisão, afirmando que “destruíram o partido, acabaram com o caixa das filiações e querem usar o dinheiro público para se remunerar”, além de declarar que essa decisão do diretório “burla a lei”. Alguns filiados ao Novo também endossaram a

crítica, ameaçando se desfiliarem da legenda uma vez que veem no uso do Fundo Partidário a perda da essência do partido.

Ao contrário de Amoêdo, o governador Romeu Zema apoiou a decisão de seu partido de utilizar os recursos do Fundo Partidário. Percebe-se uma mudança de postura em relação a 2018, quando, antes do início da campanha eleitoral, Zema declarava que não cabia ao poder público financiar campanhas de políticos, pois isso se configuraria como um desperdício de dinheiro.

A PRESSÃO ENDÓGENA DOS SERVIDORES DO ESTADO E A LUTA PELO PAGAMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Outro tema espinhoso para Zema continua sendo a cobrança por parte dos servidores públicos do estado, em especial os professores da rede pública estadual. Uma parte desses professores estava em greve no mês de março, reivindicando o pagamento do piso salarial e reajustes atrasados. Uma audiência pública foi convocada para o dia 26 de abril, com o objetivo de discutir esse tópico, pois segundo alguns

parlamentares, não teria havido reajuste desde 2019.

O governador Romeu Zema (Novo) havia judicializado, em 2022, a greve dos professores da rede estadual, o que resultou numa multa de R\$ 3,2 milhões e no bloqueio das contas bancárias do sindicato da categoria. Essa atitude do governador foi interpretada, na época, como uma tentativa de silenciar os servidores da educação, já que servidores da segurança, que também fizeram greve naquele mesmo ano, não sofreram as mesmas consequências.

Ressalta-se que o governo Zema sofre pressão endógena, porque não é a sociedade de modo geral, mas sim setores do funcionalismo que mais cobram e fazem críticas. Tal situação se refletiu na eleição de 2022, na qual o governador foi reeleito em primeiro turno com mais de 56% dos votos válidos, indicando que a população mineira o considerou apto ao cargo.

É considerável apontar que algumas categorias do funcionalismo público estadual têm os salários reajustados, gerando disparidades dentro da categoria. Um exemplo dessa dinâmica, foi a publicação no Diário

Oficial de Minas Gerias da Lei nº 24312, de 28 de abril de 2023, que reajusta os vencimentos ou subsídios dos servidores e membros da Defensoria Pública do Estado. Outros benefícios já tinham sido estendidos seletivamente a servidores da segurança pública, nos últimos anos, gerando repercussão e criando impasses políticos durante o primeiro mandato do governador.

A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÕES E O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL (RRF)

Em 20 de janeiro de 2023, o governo de Minas Gerais, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), finalizou a venda de suas ações da Helibras para a Airbus. A Helibras, localizada no Sul de Minas, é a única empresa da América Latina que fabrica helicópteros, tanto para uso civil quanto militar. É significativo que os 15,51% da Helibras, que antes pertenciam a Minas Gerais, tenham sido vendidas por apenas R\$ 95 milhões, enquanto o faturamento anual da empresa é de R\$ 1 bilhão.

Ademais, a empresa produz um modelo de helicóptero que é único no mundo. A privatização vem sendo

criticada por implicar “perda de soberania”, fragilização da defesa do país, além de colocar em risco os postos de trabalho na empresa situada em Itajubá. A fábrica passará a ser controlada pela europeia Airbus.

As privatizações são bandeiras essenciais para o governador e seu partido, portanto, estatais como Cemig, Codemig e Copasa são alvos de interesses. Atrelado à meta de privatizar as empresas estatais, soma-se o RRF que é uma medida do governo federal, criado durante a gestão de Michel Temer (MDB), para socorrer estados a beira da falência.

A aderência ao RRF é polêmica, porque, entre os requisitos do Regime, estão: os funcionários não terão aumento salarial; o estado precisa instituir um teto de gastos e deverá vender as empresas públicas, como Copasa e Cemig, para gerar renda extra.

Cabe pontuar, contudo, que o RRF poderá ser revisto em face do novo governo federal. Não obstante o fato de esse ser um dos principais programas do governo mineiro, ele não foi alcançado durante o primeiro mandato, porque encontrou uma forte oposição dentro da Assembleia Legislativa. Neste mandato,

a negociação na Casa poderia ser mais fácil, mas o governo federal já deu sinais de que pretende rever as condições de aplicação desse socorro aos estados.



AJUDA FEDERAL PRETENDIDA POR GOVERNO MINEIRO AUMENTA DÍVIDA, DIZEM AUDITORES FISCAIS DO ESTADO

Uma ajuda que poderá endividar ainda mais o Estado. É assim que a Associação dos Funcionários Fiscais de Minas Gerais (Affemg) vê o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), solução que o governo Zema pretende dar à crise das contas públicas.

O Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp constata que, com medidas lesivas à população e alto custo social, o estado conseguiria uma licença para deixar de pagar as prestações durante alguns anos, mas os juros continuariam a incidir sobre o saldo devedor.

Visite o site do Nesp:
<https://nesp.pucminas.br/index.php/2023/05/04/ajuda-federal-pretendida-por-governo-mineiro-aumenta-divida-dizem-auditores-fiscais-do-estado/>



AS EXPECTATIVAS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

A Lei nº 24313, de 28 de abril de 2023, foi sancionada e publicada após ter tramitado na ALMG como PL 358/2023 de autoria do governador Romeu Zema (Novo). Esse PL ficou conhecido como a reforma administrativa, que trata de alterações na forma de gestão do estado, com mudanças em secretarias e

transferências de órgãos e competências de uma pasta para outra. Assim como o PL de reajuste salarial do governador e demais membros do alto escalão do Executivo de Minas Gerais, a reforma

administrativa avançou rapidamente pela ALMG, tendo sido recebida em plenário no dia 9 de março, aprovada em 1º turno no dia 4 de abril, e aprovada em 2º turno dia 19 do mesmo mês.

Lei nº 24313, de 28/04/2023

A Lei nº 24313/2023, que foi sancionada em 28 de abril de 2023, tramitou na ALMG sob a denominação de PL 358/2023 e declara: "Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências". Em outras palavras, essa lei reforma a administração pública estadual de Minas Gerais.

Proposição recebida em plenário	Aprovada em 1º turno	Aprovada em 2º turno	Aprovada em redação final	Sancionada
9 mar. 2023	4 abr. 2023	19 abr. 2023	26 abr. 2023	28 abr. 2023



Parlamentares e servidores, no entanto, questionaram o impacto da reforma administrativa em setores como educação, saúde, segurança e meio ambiente. Ambientalistas questionaram a mudança que transfere a análise dos processos de licenciamento ambiental, antes responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e que agora passa para a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), sem qualquer fortalecimento da estrutura e de pessoal nessa Fundação.

Na educação, uma preocupação foi a possível perda da autonomia das universidades estaduais (Unimontes e UEMG), já que estão vinculadas à Subsecretaria de Ensino Superior, que seria transformada em uma assessoria da Secretaria de Educação de acordo com a proposta do governo estadual.

A oposição aponta que o tempo de discussão desse PL foi muito curto diante de mudanças tão complexas e destaca a preocupação com a forma como essa reforma afetará a população

do estado. Os deputados apresentaram 71 emendas durante a discussão do PL, dentre elas, apenas 8 teriam sido incorporadas, parcial ou totalmente pela Comissão de Administração Pública.

Alguns pontos considerados como vitória pela oposição são: a manutenção da autonomia das universidades estaduais, a manutenção da Mesa de Diálogo para Mediação de Conflitos e do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (Consea). Por outro lado, receberam críticas a proposta de extinção da Fundação Caio Martins (Fucam); a proposta do governo de atribuir a gestão de florestas à Secretaria de Agricultura; e a transferência da Empresa Mineira de Comunicação, hoje na Secretaria de

Cultura, para a Secretaria de Comunicação.

Por fim, foram criadas duas novas secretarias no governo, de Casa Civil e de Comunicação Social. Agora o estado passa a contar com 14 secretarias, além da Secretaria-Geral. Ademais, às vésperas do segundo turno da votação do PL na ALMG, foram incorporadas novas emendas do governador Romeu Zema (Novo), dentre as quais está a inclusão da Assessoria de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais à Secretaria de Agricultura. A oposição chama a atenção para o fato de que tal mudança poderá acarretar conflitos de interesses devido aos antagônicos setores da sociedade que são atendidos por essa secretaria.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 30 - CEP: 30.535-901 - Belo Horizonte - MG
Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick – VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Equipe da Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos

Ana Camila Moreira
Claudemir Francisco Alves (Coord.)
Kelly Cristine Oliveira Meira
Marcelo Gomes

Redatores

Claudemir Francisco Alves
Kelly Cristine Oliveira Meira

Infográficos/Imagens

Kelly Cristine Oliveira Meira

Imagem de Capa

Ana Camila Moreira
Kelly Cristine Oliveira Meira